

Ao jornal Público

Ex.mo Sr Director

Agradecia a publicação deste artigo de Opinião, caso fosse possível.
Antecipadamente grato!

NOVAS OPORTUNIDADES

Todas as estatísticas elaboradas nos últimos anos sobre educação, a nível europeu, colocam Portugal no fim das tabelas relacionadas com: nível escolar obtido, sucesso escolar anual, percentagem de licenciados, analfabetismo da população, etc..

É de facto um problema antigo que ninguém, ao que parece, consegue resolver. Cada novo governo altera os programas, altera leis e, parece, continuar tudo na mesma, ou ainda pior – continuamos analfabetos ou pouco instruídos ou incompetentes.

Mas eis que este governo encontrou a solução milagrosa para eliminar de vez a baixa escolaridade de quem abandonou os estudos antes de tempo, melhorar a deficiente formação dos trabalhadores e dos técnicos deste país – a esse programa o Governo chamou de **Novas Oportunidades!** Desta forma, pretende o Governo atrair às escolas quem dela saiu cedo de mais ou quem nunca mais lá voltou, embora precise dela, acenando-lhes com as Novas Oportunidades.

Quem tenha mais de 23 anos, mesmo que não tenha acabado o 12º ano, pode submeter-se ao Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e assim verificar se tem as qualificações e competências adequadas para se matricular no Ensino Superior.

Quem tenha mais de 18 anos, mais de 3 anos de experiência profissional e não tenha acabado o ensino secundário, pode também submeter-se ao Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e assim verificar se tem as qualificações e competências adequadas para receber um diploma do ensino secundário ou efectuar a formação necessária para obter o diploma.

Claro que não está em causa o querer dar-se oportunidades às pessoas para melhorarem as suas qualificações, as suas competências, afinal tornar-se melhor profissional e melhor cidadão; essa atitude é louvável. O que está em causa é saber se as Novas Oportunidades vão ser executadas e implementadas de uma forma séria, honesta, transparente e que não fique no ar a ideia de que se pretende ‘fabricar’ competências, ‘fabricar’ qualificações, ‘fabricar’ sucesso escolar, dando um diploma a quem o não tem.

É evidente que não é o diploma que torna as pessoas mais competentes, que ensina o profissional a trabalhar adequadamente com este ou o outro equipamento, que ajuda o profissional a efectuar o projecto necessário à resolução de um dado problema na fábrica onde trabalha.

As qualificações e as competências obtêm-se com trabalho honesto, com estudo sério, com ensino ministrado por professores competentes. Só assim os nossos trabalhadores e técnicos, as nossas empresas poderão competir com as empresas estrangeiras, neste mercado global cada vez mais competitivo.

Uma qualquer máquina só funciona correctamente se o profissional que a programa e comanda souber o que está a fazer, tenha ou não diploma. Um qualquer prédio só se mantém de pé se o respectivo projecto foi elaborado por engenheiro competente, com formação adequada obtida em Universidade de créditos firmados. Mais do que o diploma (que, pelos vistos, pode ser duvidoso), o que interessa são as efectivas competências que se adquirem, aptidões que se desenvolvem, qualificações que se obtêm. O diploma será um referencial importante se se puder acreditar na honorabilidade da Universidade que o deu.

Considero, por isso, que não é com facilitismos, nem a enganarmo-nos uns aos outros, que este país se desenvolve – é com trabalho sério e estudo adequado das questões. Aliás, neste momento, um dos grandes problemas do ensino em Portugal reside no facilitismo que se instalou em muitas das escolas, com vista a ‘fabricar’ sucesso artificial, de forma a melhorar as nossas estatísticas da educação. Chama-se a isto ‘fuga para a frente’, ‘enganar o parceiro’, afinal enganarmo-nos a nós próprios. É uma salolice pegada!

Tudo isto levanta problemas bastante sérios, como por exemplo:

1. Se amanhã, vem abaixo um prédio, matando dezenas de pessoas, construído por um engenheiro licenciado (mal) ao abrigo das Novas Oportunidades, a quem se vai pedir responsabilidades? Ao engenheiro? À escola que o licenciou? Ao Governo que o permitiu?
2. Se amanhã, um médico, licenciado ao abrigo das Novas Oportunidades, matar um doente, por incompetência, a quem se vai pedir responsabilidades? Ao médico? À escola que o formou? Ao governo que o permitiu?

Ou será que, na prática, estes diplomas não serão para levar a sério?!

São estas algumas de muitas questões que este tema levanta e que gostava de deixar à consideração dos leitores do jornal Público.

Portela, 27 de Abril de 2007

José Vagos Carreira Matias

jmatias@clix.pt

www.josematias.pt